

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária/Edu, 1997.

## A NOVA FACE DAS ELITES AGRÁRIAS

Raimundo Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

*Senhores da terra, senhores da guerra*. Com este título a professora do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA/UFRRJ), Regina Bruno, acaba de publicar pela Universidade Rural do Rio de Janeiro e pela editora Forense-Universitária os resultados de suas pesquisas de certo modo pioneiras sobre a “nova face política” dos grupos agroindustriais brasileiros, ensejando a lembrança do antigo tema do papel das classes agrárias na conformação do nosso sistema político.

Se lido *Senhores da terra, senhores da guerra* em tal chave, a nova *performance* emergente entre as elites agrárias brasileiras ali retratada poderia ser vista como mais uma ponta do processo de enfraquecimento dos grupos que, durante séculos, tiveram os seus “domínios rurais”, como descreveu Caio Prado Jr.; e, por décadas mais contribuíram para o “prussianismo” com o qual as elites políticas engessaram a modernização da vida nacional; e, por décadas neste século, tanto viciaram a representação partidária às custas dos seres sociais de extração moderna e das grandes urbes. Além do que ele próprio aporta, quem sabe o livro de Regina Bruno não estimule novos estudos capazes de tornarem cada vez mais visível o processo de democratização do mundo rural brasileiro.

Por enquanto, *Senhores da terra, senhores da guerra* traz o discurso modernista agroindustrial como a nova face das elites agrárias; de traço mais ágil, agora também “reformista”. Contraditório, um tanto tardio, embora inimaginável lá pelos anos 50, mesmo quando as velhas classes já não podiam mais esconder o seu declínio econômico, sobretudo a perda do antigo peso político, inclusive já não podendo mais impedir a presença de certo reformismo agrário em quase todos os governos contemporâneos. Tempestivo, porém, se se olhar para estes nossos tempos democráticos e época de primado da política, quando elas cada vez mais são obrigadas a recorrer à mediação política para realizarem os seus interesses.

Oportuno lembrar que a principal “reforma de base” de João Goulart, mesmo travada num Congresso bastante influenciado pelas velhas elites, caminhou, como se dizia à época, através de “medidas parciais de reforma agrária” ensaiadas por um governo pluriclassista. Nem mesmo 1964 haveria de interditar completamente o prolongado reformismo. Aliás, o que a derrota de Jango (desfecho político de uma conjuntura, menos que “fatalidade histórica”), provocou foi mais uma mudança no caráter do processo agrário — de nacional-popular passou a ser uma modernização sem cidadania — do que uma interrupção no “esgotamento histórico” do latifúndio. O “Estatuto da Terra” de Castello Branco e outras intervenções agrárias dos governos militares, incluída a versão geopolítica mobilizada para impedir resistências sociais ao novo regime, mesmo como resultados não-desejados, ilustrariam a erosão incurável das velhas classes agrárias.

Era natural que, com a redemocratização do País, o reformismo de molde goulartiano voltasse a se fazer presente no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do primeiro governo civil dos anos 80. Se ele não avançou tanto, vistas as coisas à distância, parece ter sido menos pela presença de Sarney no início do governo da transição do que pela insuficiente reunião de forças mudancistas ao redor daquela reforma agrária, à frente da qual estava inclusive José Gomes da Silva e que contava com amplo apoio da opinião pública democrática influente na coalizão tancredista que pusera termo ao regime de 64.

Agora, neste atual tempo essencialmente político, época de partidos, de MST e CONTAG, do governo Fernando Henrique Cardoso, de visibilidade na mídia, o reformismo agrário não tem diante de si nenhum obstáculo que o impeça de se estender e aprofundar, dependendo os seus avanços da atitude política dos principais protagonistas do processo. Desde logo, conta a seu favor o fato de que os atores sociais cada vez mais percebem na democracia o mecanismo eficaz de transformação da sociedade. Algumas incompreensões sectárias em relação aos movimentos sociais dentro do governo e as resistências à reforma agrária oriundas da

aliança eleitoral de 94 — se submetidas à discussão pública com persistência — podem ser isoladas e dificilmente se tornarão constrangimentos invencíveis a ponto de gerarem pessimismo e a procura de um outro tipo de ação social, em substituição à política.

É neste tempo de política que *Senhores da terra, senhores da guerra* vem chamar a atenção, digamos assim, para “um outro lado” da questão agrária (ao lado dos temas “movimentos sociais”, “experiências de reforma agrária”, “governo”): *as metamorfoses recentes dos grupos rurais*. O livro torna-se instigante justamente à medida que a pesquisadora do CPDA procura mostrar que à diferenciação econômica desses grupos sobrepõe-se um novo tipo de comunhão de interesses (agrícolas e não-agrícolas, sobremaneira agroindustriais; rurais e urbanos etc.) que estaria pondo em crise o sistema tradicional de representação das elites agrárias brasileiras. O seu ponto específico: essas classes vêm ostentando nas últimas décadas, mais abertamente, um novo discurso de “modernidade”, donde se poderia ter como virtualidade o fato de que elas já não mais estariam se fazendo presentes na política e nos governos de modo unívoco, em nome do latifúndio e do antigo e outrora indiviso patronato rural.

Em comprovação a esse ponto nodal da novidade que nos traz, em seu livro, Regina Bruno configura vários elementos do protagonismo emergente da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness). Se logo o leitor lembrar a passagem para segundo plano da UDR (como no fiasco de Ronaldo Caiado na eleição de 1989), o que a autora procura relevar com a sua pesquisa adquire melhor visibilidade, ou seja, que desde aqueles anos 80 já estaria em pleno curso um processo de recriação da hegemonia burguesa no campo, com a busca de novas formas de legitimidade, sobremaneira nos primeiros anos da década de 90, quando os agroindustriais criaram a sua entidade.

Não obstante essa moldura imediata, faz-se necessário matizar o retrato da nova face do patronato rural com o próprio recorte da autora. Ela apresenta o discurso modernista das elites agrárias sob uma chave interpretativa fortemente marcada pelo seu ponto de vista solidário com as classes subalternas. Daí porque, de um lado, ela quer ver o processo transformístico como uma “ofensiva ideológica” em reação ao novo ímpeto do reformismo agrário, presente tanto no governo da época (em sua primeira fase), quanto na mobilização sociopolítica criada com o fortalecimento da CONTAG, a emergência do Movimento dos Sem Terra e a livre movimentação dos partidos de esquerda e centro-esquerda em crescendo desde o começo da transição política dos anos 80. De outro, ela vê esse transformismo patronal apenas como uma *nova retórica* das elites agrárias (aliás, esse é o nome da primeira seção dos seus ensaios: “Nova ofensiva burguesa no campo”, “Patronato rural: modernização da retórica”, “O *agribusiness* e a reforma agrária (novos invólucros e velhas posições)” e “ABAG: a face ‘sistêmica’ do poder patronal”).

Com tal propósito, o maior esforço da autora vai ser mapear as contradições e falácias do novo discurso da por ela chamada “nova geração” emergente na ponta das transformações que nos trouxe a modernização convervadora: inovações tecnológicas (base de uma verdadeira “ideologia do moderno”); criação do complexo e cadeias agroindustriais (constituindo a figura do “capitalista coletivo”, como diz ela, de uma agricultura “sem sujeito”, numa referência à descentração da relação pessoal; ascendência da fração industrial sobre os grupos tradicionais); encurtamento da distância entre o mundo econômico rural e o resto da economia; redimensionamentos e rupturas, enfim, com certas formas tradicionais de dominação.

Regina Bruno adentra na análise do discurso, apontando novos símbolos e mostrando processos de refuncionalização de itens antigos. São exemplares a auto-referência “produtores e empresários rurais” com a qual velhas classes e novos setores se revestem; o apelo à competência como disfarce da terra-ativa, justificando o latifúndio “produtivo”, retirando igualitarismo do conceito de função social da propriedade; o argumento tecido em torno da condição de “ser moderno” *versus* reforma agrária como arcaísmo, ou seja, “a reforma agrária já não é solução”. A intenção última de Regina Bruno é revelar como, com a larga difusão desse discurso, estaria se processando uma “estratégica” inversão discursiva — a reforma agrária perdendo o significado da tradição contemporânea, para ser ressignificada como questão menor. À sua conotação nacional-popular e ao apelo pluriclassista que sempre teve, contrapõe-se um discurso, também reformista, com uma contraproposta “moderna”, “não ideológica”, para resolver o “problema social”, despolitizando a necessidade da reforma agrária; argumenta-se com as virtualidades do novo e extenso cenário do complexo agroindustrial para enfraquecer a questão agrária como problema nacional; critica-se o distributivismo como irracionalidade econômica, esgrimindo-se a bandeira da competitividade; prioriza-se a política agrícola e a interiorização do desenvolvimento; faz-se a defesa do mini e do pequeno produtor, aqui se exibindo o chamado “paradoxo da liquidação”, do quanto mais ruína da agricultura familiar, mais conflitos e mais crise social rural.

Segundo Regina Bruno, a UDR tem raízes no pós-64, quando as elites rurais viram-se inseguras diante do desconcertante Estatuto da Terra, sempre postas ante o fantasma da inexorabilidade da sua modernização, mesmo ao modo das “revoluções pelo alto”. Daí o sentido de pânico do “projeto UDR”, em 1985, quando ela nasce, justo no início da transição democrática. A UDR escreve uma trajetória de duplicidade: primeiro, como mobilização em resposta ao reformismo da Nova República, reposto no centro do debate nacional — e desde então daí não mais sairá, pois a ditadura afinal acabou; depois, também para preparar os “produtores rurais” contra os trabalhadores, os movimentos sociais, especialmente as ocupações de terra. A autora oferece muitos antecedentes reveladores dessa atuação bifronte da UDR, entre a “ação direta” fora dos quadros legais da representação tradicional e, já no contexto da Constituinte de 1987-1988, sobretudo após ter passado o perigo, propensa à negociação e ao entendimento, passando a agir mais no campo jurídico (via assessorias especializadas etc.), *lobbies*, empenhando-se para eleger representação parlamentar etc. Esse período marcaria o declínio de Ronaldo Caiado e da própria UDR, que se autodissolve nos primeiros anos da década de 90. A autora proporciona ainda vários indícios de uma sobrevida, a UDR repontando aqui e ali — no caminhar de 1995 e ultimamente no Pontal de Parapanema, para mencionar apenas dois casos —, exibindo “toda a face exemplar da dominação de classe da grande propriedade fundiária”, de aguerrida mobilização e truculência.

Aqui há uma dificuldade na estrutura do livro. Lendo-se, pela ordem, a sua primeira parte, dedicada à história mais recente, pode-se chegar aos artigos da segunda e terceira seções (UDR e Estatuto da Terra), com a impressão — às vezes parece ser essa mesma a intenção da autora — de se estar diante dos antecedentes mais eloqüentes da existência de um ator político novíssimo, dissidente do padrão de dominação tradicional, recriando a hegemonia do antigo patronato rural, fio que percorre toda a dissertação de Regina Bruno ao longo dos textos, mesmo quando ela nos apresenta a trajetória da “besta fera da modernidade”, a UDR, como um ator ligado ao passado (seja por sua composição social, por suas lideranças, pelos seus métodos de ação etc.), mas que, de quando em vez, volta para o presente da ABAG como um ser, descrito pela autora em outras passagens, emblemático dos padrões ideológicos e da cultura política que circulam no seio do patronato rural como um todo.

Esse descompasso na apresentação do novo e do velho pode estar refletindo uma pesquisa ainda em andamento. Como os ensaios do livro são textos de origem diversa, produzidos uns para fins de intervenção em simpósios e reuniões, outros para revistas especializadas, fica a idéia de que a autora não criou ainda um espaço de tematização para a sua própria problemática de configurar atores que ascendem e “falam a partir de uma agricultura transformada, integrada à indústria”, mas que todavia vivem de modo ambíguo um corporativismo moderno com valores que não cancelam a evocação da tradição e o recurso à violência, sempre relembrados pelos reaparecimentos da UDR e os massacres no campo. Aqui Regina Bruno poderia caracterizar melhor o sentido da recriação da por ela própria chamada “hegemonia burguesa” no campo e defrontar-se com aquela famosa ambigüidade bem brasileira do discurso nem tanto “fora de lugar”. Ou seja, a fala de “modernidade” dos novos grupos agroindustriais, particularmente o da ABAG, poderia estar sendo tão postiço quanto o fora, a seu tempo, o liberalismo do Império, relevante para o processo de mercantilização dos valores daquela sociedade; ou tão incoerente quanto o pensamento político dos homens de Estado da Era Vargas (demiurgo da nacionalidade, indutor, nos fatos, do industrialismo que os empresários não podiam levar adiante por si mesmos), como já demonstrou a bibliografia.

Nesse ponto não haveria como não repor a pergunta recorrente: a tal processo transformista seguem-se formas propriamente políticas, e portanto não-violentistas, de defesa de interesses por parte das classes agrárias modernizadas? Regina Bruno não oferece uma resposta problematizada em interlocução com uma bibliografia teórica especializada. Sua indagação constante ao longo dos textos sobre a congruência entre falas e condutas efetivas, se não é conclusiva da sua tese da retórica do discurso modernista agroindustrial, expressa bem o seu compromisso de marcar com cores fortes a duplicidade das nossas elites agrárias. Em todo caso, aquela indagação todavia se acha próxima à circunstância na qual se publica *Senhores da terra, senhores da guerra*: ainda ressoa na memória nacional Corumbiara, Eldorado dos Carajás e prossegue a pressão tradicionalista para que o Tribunal do Júri de Pedro Canário (ES) criminalize em José Rainha a reforma agrária. O gesto de publicista da autora, necessário para o combate ao latifúndio, recomendaria, ademais, ver os processos em perspectiva. O que ocorre com os grupos agroindustriais poderia estar refletindo, de fato, a erosão avançada da velha classe proprietária. Quem sabe se no desfecho da ação contra José Rainha não teremos uma supresa e mais uma prova de que, mesmo ali, na pequena localidade, onde antes inexistia sociedade civil e a opinião pública não se formava, agora chega o influxo da vida política nacional democratizada, ampliando aquele espaço como esfera pública, mesmo que momentânea, e indicando que o poder latifundiário já não pode mais

## SENHORES DA TERRA, SENHORES DA GUERRA

---

mandar e desmandar como antigamente. O que seria um enorme passo para o processo de democratização do mundo rural, há décadas sob o impacto da modernização econômica.

*Recebido para publicação em setembro de 1997.*

Raimundo Santos (rnsantos@ax.apc.org) é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e organizador da coletânea *Questão agrária e política: autores pecebistas*, publicada pela Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

\* \* \*